

Educação Financeira: um Mapeamento das Discussões nos Ambientes Acadêmicos de Ciências Contábeis no Horizonte Temporal de 2005 a 2014.

Fany Muriell Pereira Felipe¹
Tatiane Pereira de Oliveira²
Reiner Alves Botinha³

RESUMO

O nível de endividamento das famílias tem apresentado números alarmantes e pesquisas identificam grau reduzido de educação financeira. A presente pesquisa visou identificar o quanto tem-se discutido sobre educação financeira no âmbito acadêmico-científico em Ciências Contábeis, fazendo um levantamento de componentes curriculares acerca de finanças pessoais nas instituições de ensino superior em Ciências Contábeis, bem como elaborando um mapeamento das pesquisas sobre educação financeira no Brasil, publicadas em eventos e periódicos científicos, com ênfase em Contabilidade, entre os anos de 2005 e 2014. Verificou-se que não têm sido apresentados componentes curriculares nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, bem como tem-se discutido pouco sobre o tema nos principais eventos e periódicos da área contábil. Os resultados encontrados sugerem o enfraquecimento do estereótipo dado ao profissional contábil, no que se refere a apresentarem maior maestria na gestão dos recursos pessoais.

Palavras-chaves: Finanças Pessoais. Educação Financeira. Contabilidade

ABSTRACT

The household debt level has shown alarming numbers and research identified low level of financial education. Present research aimed to identify how much has been discussed about financial education in the academic-scientific field in Accounting, doing a survey of curriculum components about personal finance in higher education institutions in Accounting as well as making a mapping of education research financial in Brazil, published in scientific meetings and journals, with an emphasis in Accounting, from the years 2005 and 2014. It was found that has not been presented curriculum components in undergraduate courses in Accounting, and some have been discussed on the topic the main events and journals in the accounting area. The results suggest the weakening of stereotype given to the accounting professional, with regard to present greater mastery in the management of personal resources.

Keywords: Personal Finance. Financial Education. Accounting.

1 INTRODUÇÃO

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostra que, em maio de 2015, o percentual de famílias endividadadas alcançou 62,4%. Deste total,

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Fundação Carmelitana Mário Palmério.
thatyanekoro@gmail.com

² Graduanda em Ciências Contábeis pela Fundação Carmelitana Mário Palmério.
fanyynhamuriell@yahoo.com.br

³ Doutorando e Mestre em Contabilidade Financeira pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGCC-FACIC/UFU). Professor nos Cursos de Ciências Contábeis da Fundação Carmelitana Mário Palmério e da Universidade Federal de Uberlândia.
reiner.botinha@gmail.com

21,1%, estão com dívidas em atraso, e 7,4% não terão condições de pagar tais dívidas (CNC, 2015). O mesmo órgão identificou que a Intenção de Consumo das Famílias (ICF) registrou zona negativa no mês de maio, o que não ocorre desde janeiro de 2010, apresentando queda de 21,2% em relação a maio de 2014 (CNC, 2015).

A sobra no orçamento das famílias brasileiras (calculada após o pagamento dos gastos essenciais, como alimentos, transportes e outros) chegou ao menor nível em seis anos, calculado a partir do IPCA, mostrou que a renda disponível foi a menor desde 2009 (O GLOBO, 2015). Percebe-se, portanto, a retração da poupança doméstica, marcando 13,6% do PIB, conforme evidenciado em 2014, sendo que, em um horizonte temporal, não distante, em 2010, a poupança doméstica representava 17,5% do PIB, e, concomitantemente, os investimentos também reduzem suas taxas (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2014). Participação considerada baixa em relação aos padrões determinados de países em desenvolvimento (que não deveria ser inferior a 20%) (GOMES, 2014).

Se o país não poupa, ele, provavelmente, não crescerá muito, uma vez que se tornarão necessários níveis adequados de poupança para que haja ações de investimento no país, e como tais investimentos são sempre necessários, torna-se preciso recorrer a recursos externos.

Somado a isso, o cenário do país apresentou, nos últimos anos, um aumento da oferta de crédito à população que não estava preparada, em termos de “alfabetização financeira”, para saber os limites quanto ao acesso ao crédito antes as demais despesas, fazendo com que as receitas não suportassem o número de saídas, tendendo, assim, ao endividamento (LIZOTE; MARTINELLI, 2014). Com isso, falta crédito para assumir despesas básicas do cotidiano, prejudica-se a harmonia pessoal e familiar, gerando transtornos que vão além do econômico (LIZOTE; MARTINELLI, 2014).

Preocupando-se com o contexto socioeconômico do Brasil, que, com o crescimento ocorrido na década passada, promoveu a participação ativada população no mercado de consumo que outrora era inacessível, instituições governamentais e entidades reguladoras se uniram para monitorar e incentivar projetos e ferramentas educacionais que reforçassem a educação financeira no país, por meio do programa Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) (ENEF, 2015).

O Programa ENEF foi instituído por decreto presidencial, tornando a educação financeira uma política de Estado e de caráter permanente, envolvendo instituições de diversas esferas políticas e econômicas (públicas, privadas, federal, estadual e municipal) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015). Segundo o Banco Central do Brasil (2015), o projeto tem como objetivo, além de promover a educação financeira e previdenciária, “aumentar a capacidade do cidadão para realizar escolhas conscientes sobre a administração dos seus recursos; e contribuir para a eficiência e a solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização”.

Se todas as esferas estão envolvidas, a educação não poderia ficar de fora. No ensino de nível superior, é comum adotar medidas objetivadas a preencher aquilo de conhecimento necessário a que o indivíduo não teve acesso em oportunidades anteriores (DORNELA et al, 2014). Deste modo, surge a necessidade de suprir o conhecimento em educação financeira não acessado anteriormente (DORNELA et al, 2014).

A educação financeira nas instituições de nível superior pode ser útil, uma vez que, conforme estudos anteriores, os jovens adultos não estão providos de conhecimentos em educação financeira, sem capacidades de gerenciar suas finanças adequadamente (LUSARDI; MITCHELL; CURTO, 2009). Torna-se importante, portanto, formar esses conhecimentos nos jovens que, posteriormente, estarão à frente de um núcleo familiar, e também de organizações, sejam elas públicas, privadas ou mesmo de organizações não governamentais (ONGs).

Isso porque há uma diversidade de produtos financeiros, opções de pagamento e investimentos para tomar uma decisão, necessitando despertar no jovem conhecimento para

tomarem tais decisões. Neste contexto, se as instituições de ensino superior suprem gargalos de saberes, e a falta de conhecimento acerca de educação financeira seria um desses gargalos, será que o referido tema tem sido debatido junto aos estudantes de Ciências Contábeis?

Convencionou-se dizer que quem tem nível universitário enfrenta menos dificuldades ante a complexidade da educação financeira, no que diz respeito à melhor tomada de decisões perante as diversas opções de pagamento e investimento. Menciona-se, ainda, que quem tem nível universitário em cursos Contabilidade está mais bem preparado para lidar com essa complexidade e mais bem formado no quesito educação financeira. Tais argumentos podem fazer sentido, do ponto de vista que tais cursos abordam disciplinas relacionadas às finanças e cálculos financeiros (LUCCI, et al., 2005), e assim, justifica-se a opção da análise sobre o curso de Ciências Contábeis em busca de identificar a contribuição desta área para a discussão sobre o tema.

Nesse prisma, a presente pesquisa visa identificar se o estudante de Ciências Contábeis é exposto a discussões de educação financeira, tornando-o capacitado para tomar decisões financeiras. A presente pesquisa conta com objetivos específicos, tais como: (i) fazer um mapeamento das pesquisas sobre educação financeira no Brasil, publicadas em eventos e periódicos científicos com ênfase em Contabilidade entre os anos de 2005 e 2014; e (ii) identificar se as instituições de ensino superior em ciências contábeis possuem em sua estrutura curricular alguma disciplina relacionada à educação financeira.

Espera-se que o presente estudo contribua com os projetos de educação financeira promovidos, fornecendo um panorama sobre como as discussões sobre o tema têm permeado as produções científicas de Contabilidade e os cursos de graduação em Ciências Contábeis no Brasil. Espera-se, também, que este estudo instigue a construção de novos estudos sobre o tema.

2 PLATAFORMA TEÓRICA

2.1 Educação Financeira

Atualmente, há uma diversidade na variedade de produtos financeiros, e muitas informações acerca destes, porém o usuário da informação precisa ter conhecimentos básicos sobre educação financeira (LUCCI, et al, 2005), no entanto o acesso ainda é limitado pela falta de “alfabetização financeira”.

O cenário econômico do país, unido a um aumento da oferta creditícia à população, tem levado as pessoas com pouca “alfabetização financeira” ao endividamento. Esses indivíduos, sem recursos suficientes para honrar seus compromissos, começam a manifestar dificuldades no relacionamento pessoal, familiar e profissional, propiciando não apenas problemas econômicos, mas também sociais (LIZOTE; MARTINELLI, 2014).

Segundo Lizotte e Verdinelli (2014), a educação envolve mais que educação e também aprendizado das práticas financeiras. Segundo os autores a educação financeira pode ser definida como a forma como as pessoas buscam conhecimentos para melhor gerir as finanças e tomar suas decisões, tanto no que se refere à geração das receitas, quanto com relação ao bom uso delas (LIZOTTE; VERDINELLI, 2014). Quando essa educação é adquirida, os indivíduos passam a planejar seu futuro e melhoram sua capacidade de gerir os recursos (LIZOTTE; VERDINELLI, 2014).

Até mesmo no contexto do ensino superior, os estudantes saem do ambiente universitário sem a devida instrução sobre o funcionamento das finanças, e, assim, nada entendem de aplicações financeiras, poupança, aposentadoria, como investir em ações, entre outros aspectos (Lana et al., 2011). Neste prisma, tais estudantes podem se tornar novos

inadimplentes, deixar de contribuir para a economia por meio da poupança e do consumo em decorrência do seu endividamento ou falta de crédito, além de não poderem orientar a população no que se refere à gestão das finanças pessoais, uma vez que se espera que quanto mais conhecimento se adquire, maior é a possibilidade de repassar esse conhecimento para outrem.

A educação financeira visa promover a conscientização dos indivíduos, auxiliando os estudantes a tomar decisões quanto a poupar ou investir, além de atentar-se com o social, formando indivíduos não apenas ligadas ao hoje, mas também ao futuro (DORNELA, et al, 2014).

Mesmo que o ensino superior possa estar relacionado ao aumento de educação financeira, esse ensino é realizado mediante a sala de aula, materiais diversos de estudo, jogos interativos, e o aconselhamento individual, sendo que os programas podem variar no conteúdo, no seu público e na metodologia, no entanto ambos visam aprimorar o comportamento financeiro dos indivíduos com a finalidade de melhorar o bem-estar social (WILLIS, 2009).

O termo “alfabetização financeira”, por sua vez, ou *Financial Literacy*, é a “sensibilização e conhecimento sobre as finanças, os produtos financeiros, as instituições, as habilidades pessoais, a capacidade de gestão do dinheiro e o planejamento financeiro”, podendo ser medida conforme os seguintes fatores: i) o valor do dinheiro no tempo, poder de compra, as demonstrações financeiras; ii) os empréstimos, ao usar recursos futuros no presente mediante o uso de crédito rotativo e parcelamento de empréstimos; iii) os investimentos ou a poupança de recursos presentes para uso no futuro por meio de contas de poupança, ações, títulos, fundos mútuos; e iv) a proteção de ativos por meio de produtos de seguros ou outras atividades de gestão de risco (HUSTON, 2010, apud LIZOTE; VERDINELLI, 2014).

A OCDE (2005), na preocupação de melhor orientar a forma de disseminação da educação financeira, apresenta alguns princípios e recomendações sobre educação financeira, como exposto no Quadro 1.

Quadro 1 – Princípios e recomendações de educação financeira

1	A educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
2	Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adequarem à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
3	O processo de educação financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
4	O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos negócios de longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
5	A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a crescente complexidade das informações que os caracterizam.
6	Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o crescimento dos riscos envolvidos nas suas decisões. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.

7	A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente.
8	As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, especificamente, quando forem relacionadas aos negócios de longo prazo, ou aos serviços financeiros, com consequências relevantes.
9	Os programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
10	Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

Fonte: (OCDE, 2005, apud, SILVA, E. L. G., 2013).

Por outro lado, Lusardi e Mitchell (2013) ressaltam que não se deve esperar excessivamente dos programas de educação financeira em termos de grandes mudanças de comportamento, uma vez que o investimento demandado para adquirir tais conhecimentos pode superar os benefícios na visão de muitos que possuem seu consumo assegurado de alguma forma (LUSARDI; MITCHELL, 2013). Mas, com os programas como o ENEF, com iniciativas gratuitas, e componentes curriculares sendo oferecidos dentro das próprias instituições de ensino, a mudança é passível de se concretizar.

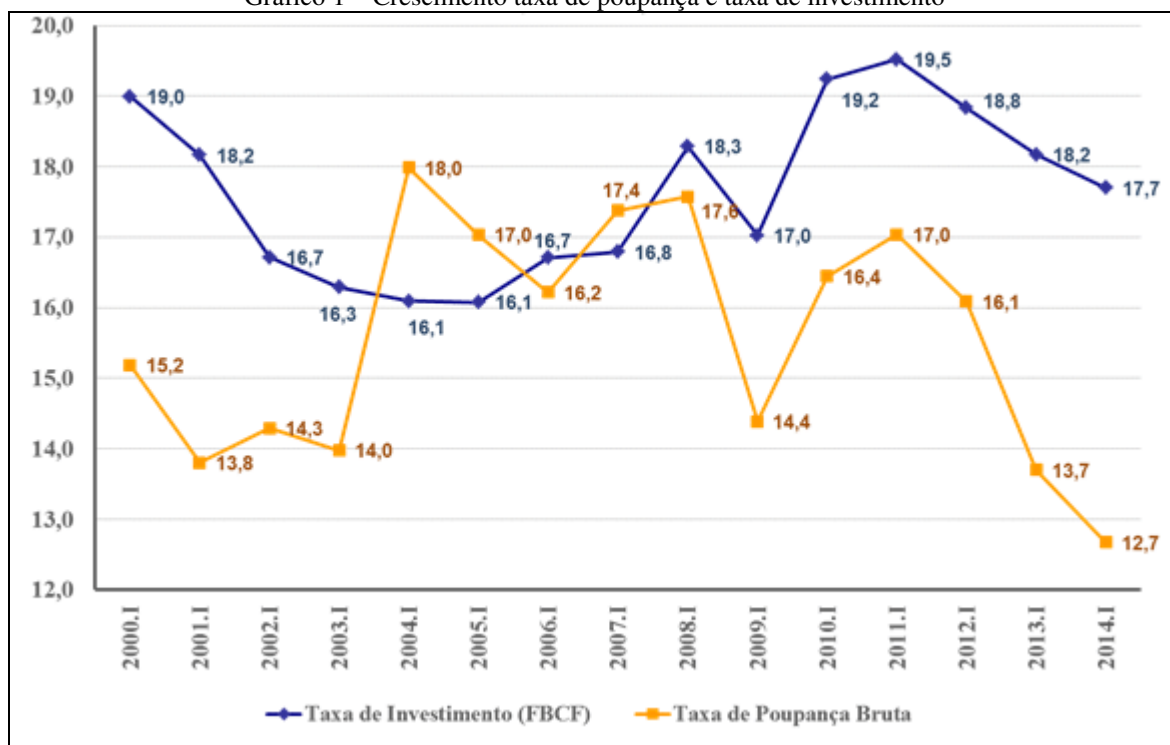
2.2 Educação Financeira no Brasil

Diante de uma realidade comum de alguns países em desenvolvimento, o Brasil possui um nível de poupança doméstica considerada baixa em relação aos padrões de países em desenvolvimento (inferior a 20%) (GOMES, 2014). Essa situação ocasiona a impossibilidade de gerar volume necessário de investimentos em infraestrutura e outros segmentos por parte do sistema privado no Brasil, prática necessária para o desenvolvimento da nação. Desta forma, torna-se necessário que o país busque recursos de fontes internacionais para gerar investimentos de longo prazo (GOMES, 2014).

Ante uma leitura pós-keynesiana, a poupança é baixa devido a erros de política econômica com baixo nível de crescimento em investimentos, enquanto perante uma visão neoclássica, o problema se deve a uma questão institucional (PESSÔA, 2014). Pessoa (2014), com base na visão neoclássica, diferencia a baixa taxa de poupança no Brasil com elevadas taxas de poupanças de outros países emergentes como a China, que não possuem “Estado de Bem Estar Social” e que garantem aos cidadãos aposentadoria e saúde pública, entre outros seguros sociais, ou seja, precavendo-se para determinadas eventualidades, o cidadão precisa poupar. Mas, aparentemente, diante dos índices, poupar não tem sido prática comum no Brasil.

Sobre ambos os aspectos, existe o problema dos baixos níveis de poupança, que, concomitantemente, gera o problema de baixos investimentos em diversos segmentos da economia, de baixo crescimento e de uma maior recorrência a investimentos externos. Para que a produtividade do país se eleve, é necessário que haja o aumento de investimentos, e isso dependerá, consequentemente, do grau de poupança interna. Essa dependência entre investimentos e poupança é evidenciada no estudo de Laiz e Gadelha (2012). Esse comportamento pode ser acompanhado por meio do Gráfico 1, em que se percebe a redução do nível de poupança e, ao mesmo tempo, do nível de investimento no país, conforme IBGE (2014).

Gráfico 1 – Crescimento taxa de poupança e taxa de investimento



Fonte: IBGE (2014)

Essa queda no nível de poupança das famílias pode ser explicada diante de diversas ópticas. Cumpre destacar aqui um contexto histórico, desde a diminuição da inflação no Brasil a partir do Plano Real, implantado em julho de 1994, as pessoas, de maneira geral, passaram a ter mais noção de valor, e a cuidar melhor dos seus recursos (CHEROBIM; ESPEJO, 2011).

Além disso, segundo as autoras, a segurança proporcionada pelo Estado ao cidadão por meio de uma educação pública e serviços de saúde com boa qualidade não é a mesma, e os serviços oferecidos pela iniciativa privada proporcionam, em muitos dos casos, essa segurança. A aposentadoria paga pelo governo, por exemplo, era suficiente para atender a todas as necessidades e despesas, não necessitando guardar dinheiro para a velhice. Desta forma, as pessoas recorrem a pagar por muitos serviços hoje, que outrora não pagavam (CHEROBIM; ESPEJO, 2011).

Portanto, essa mudança e esse aumento nos gastos despertaram nas famílias um olhar mais atencioso para as finanças pessoais. Porém o jovem não viveu essa época de recessão, em que as pessoas obtiveram uma noção maior de valor, e deram mais importância ao cuidado com as finanças pessoais.

Estudos anteriores têm mostrado que os jovens adultos não estão apresentando educação financeira, e podem ser incapazes de gerenciar suas finanças adequadamente, assim

como planejar o futuro (LUSARDI; MITCHELL; CURTO, 2009). Como as decisões financeiras estão se tornando mais complexas e os indivíduos colocam tais decisões a cargo de pessoas jovens, é importante, portanto, encontrar meios de capacitá-las com adequado conhecimento financeiro.

O estudo de Potrich, et al (2014), descreveu a ampla variedade de produtos financeiros ofertados pelas instituições como um dos motivadores do endividamento das pessoas, uma vez que possibilita acesso simplificado a tais produtos. Segundo Fecomercio (2015), o cartão de crédito foi apontado como um dos principais tipos de dívida por 76,9% das famílias endividadas. E este produto é, via de regra, disponibilizado em uma simples abertura de conta corrente.

Algumas pesquisas relacionam ainda alguns fatores como explicativos para o comportamento do nível de educação financeira das pessoas, como o estudo de Potrich, et al (2014), apresentando uma síntese das relações entre as variáveis socioeconômicas e a educação financeira.

Quadro 2 – Síntese das relações entre as variáveis socioeconômicas e a educação financeira

Variáveis	Relação com a educação financeira	Autores
Gênero	- As mulheres, geralmente, registram menores índices de educação financeira do que os homens; - As mulheres são menos propensas a responder às perguntas corretamente e mais propensas a dizer que não sabem a resposta de questões financeiras; - Fazendo um comparativo entre mulheres, aquelas casadas e com renda mais alta possuem melhores níveis de educação financeira	Chen e Volpe (1998); Lusardi e Mitchell (2006); Agarwal et al. (2009); Lusardi e Mitchell (2011); Atkinson e Messy (2012); OECD (2013).
Idade	- A idade média de 30 a 40 anos está associada com os maiores índices de educação financeira. - A educação financeira é baixa entre os mais jovens e mais velhos. - Jovens adultos têm utilizado empréstimos com altos custos.	Agarwal et al. (2009); Lusardi e Mitchell (2011); Finke et al. (2011); Atkinson e Messy (2012); Scheresberg (2013).
Estado civil	Os solteiros são, significativamente, mais propensos a ter menores conhecimentos financeiros do que os casados.	Research (2003); Brown e Graf (2013)
Escolaridade	- Aqueles com maiores níveis de educação financeira são os que possuem maiores níveis de escolaridade; - Aqueles com menor nível educacional são menos propensos a responder às perguntas corretamente e mais propensos a dizer que não sabem a resposta.	Chen e Volpe (1998); Lucci et al. (2011); Amadeu (2009); Disney e Gathergood (2011); Lusardi e Mitchell (2011)
Renda	- Baixos níveis de renda estão associados a baixos níveis de educação financeira. - Educação financeira e riqueza são conjuntamente determinadas e correlacionadas ao longo do ciclo de vida	Hastings e Mitchell (2011); Atkinson e Messy (2012).
Trabalho	- Indivíduos com maior tempo de serviço são mais educados financeiramente em virtude da maior convivência com questões econômicas e financeiras, enquanto que trabalhadores com baixa qualificação ou desempregados revelam atitudes e comportamentos menos desejáveis.	Chen e Volpe (1998); Research (2003).
Etnia e Raça	- Estudantes brancos apresentam melhores níveis de responsabilidade financeira. - Negros e hispânicos são menos propensos a responder corretamente às questões sobre este assunto.	Grable e Joo (2006); Lusardi e Mitchell (2006); Lusardi e Mitchell (2011).

Fonte: Potrich, et al (2014).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo é classificado como bibliométrico no que se refere ao mapeamento das produções científicas sobre educação financeira, uma vez que visa quantificar o conteúdo das produções, o estágio em que tais produções se encontram sobre o respectivo assunto.

A presente pesquisa buscou, também, identificar se os cursos de ciências contábeis das instituições de ensino com melhores resultados no ENADE (conceito 5) trazem, em sua estrutura curricular, disciplinas relacionadas a Finanças Pessoais. Buscou-se identificar, ainda, se o curso ofertava a disciplina de Administração Financeira. Segundo Assaf Neto e Lima (2014), Administração Financeira contempla: (i) Finanças Corporativas; (ii) Mercado Financeiro; e (iii) Finanças Pessoais. Desta forma, foram analisadas, inclusive, as ementas da disciplina de Administração Financeira, para verificar se o conteúdo programático do curso abrange tópicos de Finanças Pessoais.

Quanto à etapa de seleção dos trabalhos, a busca foi feita em artigos de eventos científicos e periódicos nacionais. Os eventos foram selecionados por meio da última classificação Capes referente a anais de eventos que classificavam eventos como E1 ou E2. A seleção dos periódicos foi realizada por meio da lista QUALIS/CAPES, da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, com estrato igual ou superior a B2. O Quadro 3 apresenta os eventos e periódicos selecionados para a consulta dos trabalhos.

Quadro 3 – Eventos e periódicos científicos consultados.

EVENTOS CIENTÍFICOS	PERIÓDICOS CIENTÍFICOS
Congresso ANPCONT	Revista Contabilidade & Finanças
Congresso Brasileiro de Custos – CBC	Contabilidade Vista & Revista
Congresso USP de Controladoria e Contabilidade	Revista Contemporânea de Contabilidade
Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade – EnEPQ	Revista de Contabilidade e Organizações
	Revista Universo Contábil
	Contabilidade, Gestão e Governança
	Enfoque: Reflexão Contábil
	Revista de Administração, Contabilidade e Economia
	Revista Ambiente Contábil
	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade
	Sociedade, Contabilidade e Gestão

Fonte: elaborado pelos autores.

Quanto à seleção dos artigos analisados, as palavras-chave empregadas foram as seguintes: “educação financeira”, “finanças pessoais” e “alfabetização financeira”. Os períodos analisados foram os anos de 2005 a 2014. A partir da pesquisa dos referidos termos ao longo do horizonte temporal apresentado, foram identificados e tabulados um artigo de periódico e três artigos de eventos nacionais, totalizando 4 trabalhos científicos encontrados.

Quanto à etapa de análise das ementas dos cursos de Ciências Contábeis, a busca foi feita no próprio sítio eletrônico das instituições de ensino (IES) selecionadas. A seleção das IES foi feita por meio dos resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), sendo selecionadas as instituições com Conceito 5 avaliadas em 2012, data do último exame da área. No Quadro 3, são inventariadas as instituições selecionadas para a consulta das ementas.

Quadro 4 – Instituições de Ensino avaliadas com Conceito 5 no Enade 2012.

Centro Universitário FECAP	Faculdades Magsul
Centro Universitário UNIFAFIBE	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Centro Universitário Univates	Universidade do Oeste de Santa Catarina
Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Sorocaba	Universidade Estadual de Londrina
Faculdade Capixaba de Nova Venécia	Universidade Estadual de Maringá
Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte	Universidade Federal de Goiás
Faculdade FACCAT	Universidade Federal de Santa Maria
Faculdade Pitágoras de Divinópolis – FPD	Universidade Federal Rural do Semi-árido
Faculdade Santa Marcelina	Universidade Paulista
Faculdade Sudoeste Paulista	Universidade Regional de Blumenau
Faculdade Venda Nova do Imigrante	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Faculdades Atibaia	Universidade Vila Velha
Faculdades Integradas Espírito Santenses	Faculdades Atibaia

Fonte: elaborado pelos autores.

Com a seleção das instituições de ensino e dos eventos e periódicos, foram então coletados os dados. Cabe ressaltar que, devido à pequena quantidade de trabalhos encontrados nos eventos e periódicos, a quantificação de informações gerais constantes nos trabalhos, pertinentes à aplicação de um estudo bibliométrico, como número de autores, páginas, representatividade de um autor nos trabalhos encontrados, e outras formas de quantificações não foram realizadas, já que foram encontrados apenas quatro trabalhos. No entanto as discussões foram feitas, e espera-se da pesquisa contribuições que serão mencionadas nas considerações finais do estudo. No próximo tópico, são exibidas as análises dos resultados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após o levantamento dos dados, conforme mencionado em seção anterior, foram feitas algumas análises quanto às informações coletadas. A análise de resultados traz, primeiramente, um panorama sobre o quanto os cursos de ciências contábeis têm abordado a temática de finanças pessoais em seu currículo e, posteriormente, mostra o quanto o respectivo tema tem sido discutido nos congressos e artigos publicados nos periódicos da área.

4.1 Discussão do tema nos Cursos de Ciências Contábeis no Brasil

Feito o levantamento dos dados, verificou-se que nenhuma das instituições contempladas na pesquisa referem-se a ementas relacionadas às finanças pessoais. O Quadro 5 registra os resultados encontrados.

Quadro 5 – Resultados da análise das instituições.

Nº de Instituições com conceito 5 no Enade 2012 na área de Ciências Contábeis	26
(-) Nº de instituições que não disponibilizaram as informações curriculares.	(1)
(=) Nº de instituições analisadas	25
Possui alguma disciplina relacionada à Finanças Pessoais?	
Nº de instituições que possui	0 (0%)
Nº de instituições que não possui	25 (100%)
Possui a disciplina de Administração Financeira?	
Nº de instituições que possui	14 (56%)
Nº de instituições que não possui	11 (44%)
Das disciplinas oferecidas de Administração Financeira, alguma possui finanças pessoais em sua ementa?	
Nº de instituições que possui	0 (0%)
Nº de instituições que não possui	14 (100%)

Fonte: elaborado pelos autores.

Conforme pode ser visualizado no Quadro 5, das 25 instituições analisadas, nenhuma delas citava uma disciplina relacionada à educação financeira. Esse resultado pode ter ocorrido em razão de o assunto ser muito específico para ser abordado em uma única disciplina. Verifica-se que muitas instituições contemplam a disciplina de Administração Financeira em seu currículo. Conforme Assaf Neto e Lima (2014), a Administração Financeira aborda tanto aspectos relacionados ao âmbito empresarial quanto aspectos concernentes à administração de recursos pessoais.

Desta forma, diante da ausência de disciplinas totalmente voltadas para finanças pessoais, buscou-se, por meio das ementas das disciplinas de Administração Financeira, se havia tópicos dirigidos a Finanças Pessoais. Embora tenha-se encontrado um número relevante de instituições ofertando a disciplina de Administração Financeira (56%), não foram identificadas ementas que apresentassem qualquer tópico relacionado à Finanças Pessoais.

Desta forma, no que se refere ao âmbito de sala de aula, quanto à amostra das instituições analisadas, parece não haver o contato do aluno com conceitos e orientações quanto à administração de seus recursos pessoais, uma vez que não há componentes curriculares no curso que tratam de educação financeira. Assim, conforme exposto por Dornela, et al (2014), referente à necessidade das IES de suprirem o conhecimento em educação financeira não acessado anteriormente, isso pode não ser a realidade das instituições de Ensino Superior no Brasil. Torna-se importante saber até que ponto seria relevante discutir o assunto dentro de sala de aula, dos cursos de Ciências Contábeis. Entretanto, diante da

amostra analisada, questiona-se, se necessariamente, o profissional formado em Ciências Contábeis deveria, diferentemente de um profissional formado em qualquer outra área, saber gerir com eficácia seus recursos pessoais.

4.2 Discussão do tema nos principais congressos e periódicos de Contabilidade no Brasil

Quanto à análise dos trabalhos publicados nos principais congressos e periódicos de Contabilidade no Brasil, fazendo uma busca no horizonte temporal de 2005 a 2014, em cinco eventos qualificados pela CAPES como E1, e dez periódicos qualificados pela CAPES no estrato igual ou superior a B2, foram identificados apenas quatro trabalhos que tratavam sobre o tema. O Quadro 6 identifica os trabalhos encontrados, relacionados à Educação Financeira.

Quadro 6 – Resultados da análise das publicações em eventos e periódicos.

AUTORES	TÍTULO	NOME DO PERIÓDICO/EVENTO
Claudino et al (2009)	Educação financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública.	Congresso Brasileiro de Custos
Coladeli, Benedicto e Lames (2013)	Educação Financeira x Comportamento do Consumidor no Mercado de Bens e Serviços	Congresso Brasileiro de Custos
Lizote e Verdinelli (2014)	Educação Financeira: um Estudo das Associações entre o Conhecimento sobre Finanças Pessoais e as Características dos Estudantes Universitários do Curso de Ciências Contábeis	Congresso USP de Controladoria e Contabilidade
Potrich, et al (2014)	Educação Financeira dos Gaúchos: Proposição de uma Medida e Relação com as Variáveis Socioeconômicas e Demográficas.	Sociedade, Contabilidade e Gestão (UFRJ)

Fonte: elaborado pelos autores.

Claudino et al (2009), em sua pesquisa, buscaram identificar a relação existente entre o nível de educação financeira e o nível de endividamento dos servidores de uma instituição pública. Como resultado, os autores verificaram que o nível de educação financeira do entrevistado seria insatisfatório evidenciando dificuldades de decisões quanto à liquidez de investimentos, controle de compras, planejamento financeiro e produtos bancários (cheque especial). Os autores assinalaram o nível de escolaridade e o fator demográfico como os fatores que mais interferem na educação financeira.

Coladeli, Benedicto e Lames (2013), por sua vez, buscaram interpretar o comportamento do consumidor relacionado à educação financeira quanto ao consumo dos indivíduos, com foco, sobretudo, no controle das finanças pessoais. Ao procurar detectar fatores que explicassem a recorrência de clientes que recorriam a empréstimos para cobrir cheque especial e outros limites de crédito, identificou alguns fatores como baixo salário, práticas consumistas, e outros. A falta de educação financeira foi uma das dificuldades mais representativas.

Lizote e Verdinelli (2014) procuraram associar as características dos estudantes de Ciências Contábeis de uma universidade do estado de Santa Catarina. Fatores como atuação profissional, renda pessoal, desempenho no estudo, evidenciaram correlação positiva, enquanto o endividamento demonstrou uma correlação negativa.

Os autores Potrich et al (2014) investigaram o nível de educação financeira dos habitantes do Rio Grande do Sul em busca de averiguar se de fato existem diferenças entre os níveis de educação financeira e as variáveis socioeconômicas e demográficas. O estudo verificou que há níveis maiores de educação financeira entre os homens, solteiros, que não possuem dependentes, estudantes e/ou bolsistas, com um maior nível de escolaridade, maior

faixa de renda própria e familiar residentes na região centro ocidental rio-grandense. Porém quanto ao nível de educação financeira, os respondentes da amostra acertaram apenas 67% das questões de educação básica e 62,34% das questões de educação avançada, um nível médio, porém próximo ao nível baixo de educação financeira, o que é alarmante. Tais pesquisas estimulam a conscientização por novos investimentos, sejam públicos ou privados, em programas de educação financeira.

Desta forma, infere-se que, além de não haver discussões sobre o tema por meio de disciplinas curriculares, ainda são produzidos poucos trabalhos acerca do tema, sendo tais produções, geralmente, fruto de discussões iniciadas no ambiente acadêmico, o que pode convalidar a inferência de que pouco se discute sobre o tema nos cursos de Ciências Contábeis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou identificar como tem sido discutido o tema finanças pessoais no âmbito acadêmico-científico em Ciências Contábeis, por meio de um levantamento de componentes curriculares relacionados a finanças pessoais nas instituições de ensino superior em Ciências Contábeis mais bem avaliadas no exame do Enade de 2012 e de um mapeamento das pesquisas sobre educação financeira no Brasil, publicadas em eventos e periódicos científicos com ênfase em Contabilidade entre os anos de 2005 e 2014.

Quanto à análise dos componentes curriculares, diante das instituições analisadas, verificou-se que não há componentes curriculares no curso que tratam de educação financeira, seja por meio de disciplinas com foco no gerenciamento de recursos pessoais e das famílias, seja mediante tópicos inseridos nas ementas de Administração Financeira que, por conceito, abrange também Finanças Pessoais.

No que se refere ao mapeamento das pesquisas publicadas nos principais eventos e periódicos da área contábil, verificou-se que ainda são produzidos poucos trabalhos acerca do tema de educação financeira, sendo identificados apenas quatro trabalhos.

Diante dos resultados, questiona-se o estereótipo dado ao profissional contábil de que estes deveriam ser mais bem preparados diante de decisões diversas que demandam controle e educação financeira. Assim como falta a discussão nos demais cursos de graduação acerca de educação financeira, a realidade dos cursos de Ciências Contábeis não parece ser diferente.

Espera-se que o presente estudo contribua com os projetos de educação financeira, principalmente nos momentos em que o cenário é de situação financeira deficitária. Espera-se que o estudo fomente novas discussões sobre o tema, sobretudo novas pesquisas, podendo-se sugerir pesquisas que busquem identificar se os estudantes do curso de Ciências Contábeis de fato apresentam um bom nível de Educação Financeira e se os tais níveis identificados diferem de estudantes de outros cursos e áreas de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Curso de Administração Financeira**, 3 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira**. 2015. Disponível: <<http://www.bcb.gov.br/?ENEFDOC>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

DORNELA, F. J.; TEIXEIRA, F. A.; COSTA, R. F. M.; SANTOS JUNIOR, W. L.; SOUZA, L. M. Educação Financeira: aprendendo a lidar com o dinheiro. **Revista Raízes e Rumos**, UFRJ, v. 2, n.1, p. 91-155, jun. 2014.

ENEF. **Quem somos e o que fazemos**. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-29-quem_somos_e_o_que_fazemos.html>. Acesso em: 12 fev. 2015.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Sem lucro, empresas brasileiras investem menos**. Dezembro, 2014. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2014/12/sem-lucro-empresas-brasileiras-investem-menos.html>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

FECOMERCIO. **Percentual de famílias endividadas sobe para 62,4% em maio**. Disponível em: <<http://www.fecomercio-ap.com.br/estudo/percentual-de-fam%C3%ADlias-endividadas-sobe-para-624-em-maio>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

GOMES, A. Entrevista sobre o Processo de Convergência das Normas Internacionais. BoardMember IASB. In: **Contextualização da Convergência das Normas Internacionais de Contabilidade**. Curso Aperfeiçoamento em IFRS e NIA da FIPECAFI, 2014.

LAIZ, M. T.; GADELHA, S. R. B. Causalidade temporal entre poupança e investimento no Brasil, 1995 a 2012. **Revista Brasileira de Economia de Empresas**, v. 12, n. 1, p. 77-95, 2012.

LANA, J.; LIZOTE, S. A.; ROCHA, A.; BRAND, A.; VERDINELLI, M. A. Um estudo sobre a relação entre o perfil individual e as Finanças Pessoais dos alunos de uma instituição de Ensino Superior de Santa Catarina. In: Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 11, 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, UFSC, 2011.

LIZOTE, S. A.; VERDINELLI, M. A. Educação financeira: um estudo das associações entre o conhecimento sobre finanças pessoais e as características dos estudantes universitários do curso de Ciências Contábeis. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 14, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo, FEA/USP, 2014.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOxS, S. C. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento de indivíduos. In: Seminários em Administração, 8, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo, FEA/USP, 2005.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The economic importance of financial literacy: theory and evidence. **NBER workingpaper series**. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w18952>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S.; CURTO, V. Financial literacy among the young: evidence and implications for consumer policy. 2009. **NBER workingpaper series**. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w15352>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

SILVA, E. L. G. **Princípios e recomendações de educação financeira**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Administração e Economia, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, Paraíba, 2013.

WILLIS, L. E. **Against Financial Literacy Education**. SSRN, 2009. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1105384>>. Acesso em 15 fev. 2015.